

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.131 - MT (2020/0259798-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DE MATO GROSSO  
**PROCURADOR** : CRISTIANE SAMPAIO DIOGO - MT023530  
**AGRAVADO** : AUGUSTO VAZ DE ARRUDA CAMPOS  
**ADVOGADOS** : MÁRCIA NIEDERLE - MT010458  
CAMILA SIRTOL PARREIRA - MT022957

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – URV – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – EXTINÇÃO – EQUÍVOCO – MATÉRIA DE TRATO SUCESSIVO – PRESCRIÇÃO SOMENTE DAS PARCELAS ANTERIORES AOS CINCO ANOS DA PROPOSITURA DA AÇÃO – REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – NÃO DEMONSTRAÇÃO DA CORREÇÃO DA PERDA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA – NECESSIDADE DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA – PROVA PERICIAL IMPRESCINDÍVEL – IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO NESTA FASE – OFENSA À COISA JULGADA MATERIAL – PROVIMENTO – SENTENÇA REFORMADA ANTE O RECONHECIMENTO DE QUE SE TEM A RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO SOMENTE AS PARCELAS ANTERIORES AOS 05 (CINCO) ANOS DA DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO SÃO ATINGIDAS PELA PRESCRIÇÃO A NÃO DEMONSTRAÇÃO CABAL DE QUE A LEI QUE REESTRUTUROU O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ABSORVEU A RECOMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL ATINENTE À ERRÔNEA CONVERSÃO DA MOEDA DO CRUZEIRO REAL PARA URV DEVESE AFASTAR A TESE DE QUE INEXISTE DIFERENÇA A SER PAGA O QUE SOMENTE SERÁ CONSTATADO NA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA COM A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL PROFERIDA A SENTENÇA DE MÉRITO CONFIRMADA NO ACÓRDÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO NÃO SE ADMITE A REDISCUSSÃO QUANTO

À OBRIGAÇÃO IMPOSTA REFERENTE À LIQUIDAÇÃO  
DA SENTENÇA PORQUE ABRANGIDAS PELO  
INSTITUTO DA COISA JULGADA MATERIAL.

Quanto à controvérsia trazida aos autos pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 189 do CC e 1º do Decreto n. 20.910/1932, sustentando a prescrição de fundo de direito da pretensão relativa ao pagamento dos valores devidos pela errônea conversão da URV em razão da reestruturação remuneratória da carreira dos servidores, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nesse contexto, importa ressaltar que, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), esposado no RE 561836/RN, as leis que promoveram a reestruturação remuneratória da carreira são o termo final para a percepção de qualquer parcela decorrente da errônea conversão da URV, por não haver direito ad aeternum de parcela de remuneração ao servidor público.

[...]

Ora, se o termo final para a percepção de qualquer vantagem decorrente da conversão da URV é a reestruturação remuneratória da carreira, a ocorrência da reestruturação financeira fulmina a pretensão autoral, nos cinco anos subsequentes à reestruturação.

Isto porque, o direito foi violado definitivamente (nas palavras do STF, o término da incorporação), com a reestruturação remuneratória da carreira, nascendo, a partir de então, a pretensão que se extingue com o prazo prescricional quinquenal para postular quaisquer dívidas à Fazenda Pública (Art. 189 do Código Civil de 2002 e Art. 1º do Decreto nº 20.190/1932) (fls. 542/544).

Aduz, ainda, pela alínea "c" do permissivo constitucional, a ocorrência de divergência jurisprudencial quanto à mesma controvérsia.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia recursal, o acórdão recorrido assim decidiu:

Observe, por oportuno, o entendimento jurisprudencial do STJ, de que, nas demandas em que se busca o reconhecimento de diferenças salariais advindas de errônea conversão da moeda, a prescrição atinge tão somente as parcelas anteriores aos 5 (cinco) anos que antecederam a data da propositura da ação, nos termos da Súmula n. 85 do STJ, uma vez que a relação jurídica existente é de trato sucessivo, que se renova mês a mês.

Da mesma forma, a reestruturação da carreira do servidor, por si só, não afasta o direito às diferenças salariais decorrentes da conversão da moeda, visto que os reajustes posteriores à Lei n. 8.880/1994 não podem compensar as eventuais perdas.

Por certo, uma coisa é a lei prever a reestruturação da carreira, outra, bem diferente, é esta reestruturação suprir, por completo, eventual defasagem na remuneração do servidor por ocasião de incorreta utilização do método de conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor - URV -, previsto na Lei n. 8.880/1994, questão que, ausente nos autos, cálculo específico nesse sentido, deve ser apurada na liquidação da sentença.

Nessa esteira, é evidente que somente com a liquidação da sentença, por meio de perícia contábil, será verificado se a perda remuneratória foi repassada aos servidores, entendimento esse que está consolidado em reiteradas decisões do STF (...)

[...]

Dessa forma, ainda que o Supremo Tribunal Federal, na sistemática da repercussão geral, tenha decidido que o termo final para a incorporação do índice decorrente da conversão da moeda para URV seja a data da reestruturação da carreira, entendo que a sentença recorrida deve ser reformada, uma vez que NÃO ficou, cabalmente, demonstrado que a Lei Estadual, que reestruturou a carreira da Apelante, supriu a defasagem advinda da conversão e, também, não se configurou a prescrição, em vista de ser a relação, em foco, de trato sucessivo.

Não há desconsiderar que, na liquidação da sentença, a ser realizada no Juízo singular, pode-se chegar à conclusão de que inexistem diferenças a serem reconhecidas.

[...]

Frise-se que os documentos apresentados pelo ente municipal, na ação originária, não demonstram, estreme de dúvidas que as leis que reestruturaram a carreira da parte recorrente absorveram a recomposição do percentual atinente à errônea conversão da moeda do cruzeiro real para URV, devendo tal índice ser apurado na fase de liquidação e cumprimento da sentença (fls. 476/478).

Aplicável, portanto, para as alíneas "a" e "c", o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente

# *Superior Tribunal de Justiça*

deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente